

Senado acena com possibilidade de pagamento dos juros atrasados

GAZETA MERCANTIL

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O presidente e o relator da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Severo Gomes (PMDB-SP) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), admitiram ontem uma possibilidade de permitir ao governo brasileiro o pagamento de juros aos bancos privados antes da aprovação da renegociação da dívida externa pelo Legislativo. Segundo Severo Gomes, seria necessário que qualquer pagamento antecipado fosse previamente submetido ao Senado Federal.

Essa possibilidade foi admitida no final da tarde, um pouco antes de um jantar que reuniria, na resi-

dência do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), Severo Gomes, Fernando Henrique Cardoso, o secretário Nacional de Política Econômica, Antônio Kandir, e o negociador da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster. O assunto do jantar, conforme adiantou ontem Jorge Bornhausen, passaria pela discussão em torno de alterações ao projeto de resolução que estabelece condições para a renegociação da dívida externa, aprovado recentemente pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e festejado por todo o governo.

"A decisão da comissão é clara: não pagar juros antes de assinar o acordo", disse Severo. Portanto, pa-

ra permitir o pagamento antecipado seria necessário alterar o parágrafo único do artigo 6º do projeto de resolução. Isso poderia ser feito através de emenda, na votação da matéria, no plenário do Senado. A data prevista para esta votação é 21 de novembro, quarta-feira próxima.

"O projeto foi muito discutido. É muito difícil para nós mudarmos uma posição tomada recentemente", disse o senador Fernando Henrique, relator do projeto de resolução. Apesar de concordar com a fórmula apontada por Severo Gomes, ele disse que o governo pode concordar em fazer pagamentos antecipados e colocar o montante numa conta de caução. Se-

vero afirmou que o Senado não quer ficar inflexível. Mas o governo tem que explicar à Casa por que quer fazer pagamentos antecipados e qual a vantagem disso.

Já o senador Jorge Bornhausen considera perfeitamente possível a alteração do projeto de resolução. "Devemos dar condições ao negociador de resolver o problema", declarou. Se não houver consenso, as alterações serão decididas no voto, disse Bornhausen. Para Severo Gomes, se isso ocorrer o governo pode até vencer com os votos da maioria no Senado. "Mas ele perde um grande trunfo: a unanimidade do Congresso", declarou.